



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPIN SUL – Conselho dos Povos
Indígenas de Mato Grosso do Sul -
ATY GUASU - COIAB

MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DOS DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS INDÍGENAS

Brasília – DF, 29 de Maio de 2013

Nós, povos indígenas de todas regiões do país, reunidos por ocasião da realização da Mobilização Nacional Indígena em Defesa dos Direitos Territoriais dos Nossos Povos, estamos hoje mobilizados em frente ao Ministério da Justiça, na última atividade de nossa semana de lutas.

Bloqueamos pacificamente os acessos à sede do Ministério para protestar contra a paralização por parte do Ministro José Eduardo Cardozo de todos os processos de demarcação de terra em todo país. Ao invés de cumprir o seu papel constitucional, o Ministro busca enganar nossos parentes querendo instalar mesas de negociação por toda a parte. Sob a falsa justificativa de defender pequenos agricultores, o Ministério simplesmente se curva diante dos interesses do agronegócio e da bancada ruralista, que por sua vez incita o ódio e o preconceito contra nossos povos por meio de parlamentares que só visam enriquecer a si próprios, esquecendo seu verdadeiro papel.

Essas mesas de negociação põem em prática o modelo perverso e inconstitucional, que o Ministério da Justiça tenta a todo custo impor aos povos indígenas quando propõe uma minuta de Portaria que, dizendo “regulamentar o Decreto nº1775”, rasga a Carta Magna do país, mostrando desrespeito com toda a sociedade brasileira. Exemplo concreto disso foi um suposto “acordo” que o Ministério da Justiça promoveu na semana passada, alegando que uma comunidade guarani, que hoje se encontra acampada na beira de uma ferrovia em situação de extrema vulnerabilidade, teria aceitado diminuir suas terras tradicionais em proveito de um “ajuste de direitos” com os invasores que ocupam essas terras. O Ministro Eduardo Cardoso precisa aprender que direito fundamental não se “ajusta”. Direito se cumpre ou se viola. O que o governo brasileiro está fazendo é violação do direito originário de nossos povos às suas terras tradicionais.

Em solidariedade aos parentes, repudiamos a covardia com que o Ministério da Justiça tratou esse caso, expondo a comunidade a uma situação mais vulnerável ainda do que ela se encontra, em proveito de uma solução inconstitucional que o Governo sabe que não terá prosseguimento. Se a Constituição Federal reconhece os direitos originários dos nossos povos, e o Decreto nº1775 é claro ao afirmar que a delimitação das terras indígenas deve ser realizada com critérios técnicos por equipe coordenada por antropólogo, como o Ministro acha que pode ser constitucional diminuir terras indígenas por meio de negociações políticas, como se fazia no tempo da Ditadura Militar?

Infelizmente esse caso não é isolado, senão retrato da política do Governo Federal para os nossos povos. Não é por outro motivo, que hoje existem 12 terras indígenas sob a mesa do Ministro da Justiça, prontas para serem assinadas garantindo o prosseguimento dos processos de demarcação, e ele insiste em descumprir todos os prazos legais, negando-se a assinar uma terra indígena sequer. Dentre essas, encontram-se a terra onde mora nosso cacique Babau, preso covardemente pela Polícia Federal quando se preparava para denunciar nossa situação ao Papa. Também está na mesa de Cardozo, a terra dos nossos parentes Kaingang, que ainda estão presos por terem sido traídos ao aceitar participar das famosas “mesas de diálogo” do Ministério. E terras de vários outros povos sofridos, como os Guarani-Mbya que vivem nas menores áreas do país, em situações de calamidade.

Outras 06 terras encontram-se na mesa da Presidente da FUNAI aguardando a publicação do resultado de estudos de identificação e delimitação e o Ministério da Justiça impede o órgão indigenista de cumprir seu papel constitucional, enquanto nossos povos sofrem em beiras de estrada, sob a ameaça de pistoleiros financiados pelo agronegócio, aliado de primeira hora da Presidenta Dilma.

Não é por outra razão ainda, que mais 17 terras encontram-se prontas para homologação presidencial, e a Presidenta não assina, enquanto se apressa em reprimir nosso movimento com bombas de gás, e insultar os povos originários de banheiros em rede nacional.

O Governo Dilma, que amarga o pior desempenho em demarcação de terras indígenas desde a Constituinte, agravando cada vez mais a situação de nossos povos, conseguiu o feito de celebrar o primeiro “Dia do Índio” (19 de Abril) da história do país em que nenhuma terra indígena foi reconhecida, em nenhuma das fases processuais estabelecidas pelo Decreto nº1775.

É por essa razão que protestamos hoje no Ministério da Justiça contra a paralização dos procedimentos de demarcação e exigimos:

- A imediata publicação de todas as portarias declaratórias, despachos de identificação e delimitação, e decretos de homologação (Conforme anexo) que se encontram paralisados sem nenhuma razão confessável.
- O fim da criminalização das nossas lideranças e a imediata liberação dos parentes Kaingang presos injustamente por aceitar o “diálogo” proposto pelo Governo, e dos parentes Tenharim, também vítimas do racismo institucional.
- A punição dos assassinos de lideranças indígenas financiados pelo agronegócio, e a punição dos parlamentares que incitam ódio contra nossos povos originários.
- A desistência de todas as medidas genocidas que paralisam a demarcação das nossas terras, incluindo a Minuta de Portaria proposta pelo MJ, e também a revogação da Portaria 303/AGU.

Nossos guerreiros e lideranças continuarão em luta até que nossas reivindicações legítimas e constitucionais sejam atendidas, e não nos curvaremos diante da repressão e das injustiças do Governo dos brancos, que nos oprime há mais de quinhentos anos.

Sem terra não há cultura, sem terra não há saúde, sem terra não há vida!

Toda força aos que lutam!